

OPERAÇÃO FÚRIA ÉPICA: O DESASTRE ESTRATÉGICO NORTE-AMERICANO NO IRÃ

A Operação Fúria Épica expôs o paradoxo do poder americano: supremacia tática no campo, mas revés estratégico que acelera a transição hegemônica; enquanto Washington recuava, Pequim avançava com discrição, transformando a crise iraniana em alavanca para um novo ordenamento multipolar.

Reis Friede*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

1. O PONTO DE INFLEXÃO NA COMPETIÇÃO SINO-AMERICANA

A despeito de envolver diretamente a dupla Estados Unidos/Israel e o Irã, a Operação Fúria Épica (designação dada pelos EUA) e a Operação Leão Rugidor (denominação adotada por Israel), iniciadas em 28 de fevereiro de 2026, tendem a ser lembradas pela História como um ponto de inflexão na competição sino-estadunidense.

Se já eram evidentes os primeiros sinais de desgaste da hegemonia norte-americana, a ousada ação militar no Irã – concebida, em grande medida, para reverter essa tendência – acabou, ao que tudo indica, por acelerá-la. Pode ser que o fracasso nessa empreitada de

Washington passe a ser interpretado como um marco simbólico nessa transição de poder global.

Ainda que não tenha configurado um xeque-mate, o episódio simbolizou uma séria ameaça ao “reinado” estadunidense no tabuleiro geopolítico do século XXI, possivelmente representando a primeira derrota dos Estados Unidos na Segunda Guerra Fria, ou na Era da Competição Acirrada, como alguns denominam.

2. “O GOL DE PLACA” DA CHINA NO EPISÓDIO IRANIANO

Quando GUKESH DOMMARAJU, um jovem indiano de apenas 19 anos de idade, até então desconhecido, derrotou, no Campeonato Mundial Rápido da Fide em 2025, o maior jogador de xadrez da atualidade, MAGNUS CARLSEN, o mundo ficou perplexo.

Cerca de um ano depois, o planeta, atônito, testemunhou o malogro da Fúria Épica. Mesmo isolado da comunidade internacional, com sua economia severamente sancionada e debilitada, com graves problemas de levantes internos e com sua capacidade militar degradada pelo embate travado com Israel na Guerra dos 12 Dias (13 a 24 de junho de 2025), o Irã, uma potência de porte regional, mas com ambições [1] desconcertantes, conseguiu impor uma humilhante derrota estratégica para a maior potência econômica e militar do mundo [2].

Em geopolítica, resultados dessa magnitude não são fruto do acaso. Decorrem, antes de tudo, de um acúmulo de erros sucessivos, de decisões mal calibradas e, sobretudo, da ausência de uma visão estratégica consistente ao longo do tempo. Evidente que um desastre dessa proporção não pode ser atribuído a um único governante. Foi construído ao longo de décadas, por diferentes governos, muitas vezes limitados por dinâmicas internas, tal como acontece nos regimes democráticos, em que a alternância de poder frequentemente compromete a sequência de políticas de longo prazo.

A um Estado não basta deter a maior força econômica e militar do planeta. O fator crucial reside em saber como lidar e efetivamente empregar esse poder. É aqui que se define o êxito, ou o fracasso. No episódio em questão, muito além de uma eventual vitória do Irã sobre os Estados Unidos, o que se observa é que Pequim soube capitalizar o evento iraniano com impressionante discrição e eficácia estratégica. Enquanto outros atores se desgastavam no confronto direto, a China avançava silenciosamente no ambiente, consolidando influência e ampliando seu espaço geopolítico, marcando um autêntico “gol de placa”, ainda que ela tenha, a exemplo de outros países asiáticos, sofrido com a interrupção do fluxo de petróleo para sua economia fortemente dependente da importação de hidrocarbonetos.

O “Gol de Placa” da China no Episódio Iraniano — Fluxo de Atores e Interesses Estratégicos



O diagrama ilustra o fluxo de interações estratégicas entre os principais atores do episódio iraniano de 2026. Enquanto EUA e Israel se desgastavam no confronto direto com o Irã, a China avançou silenciosamente, beneficiando-se do bloqueio do Estreito de Ormuz, do fornecimento de petróleo iraniano em yuan a preço subsidiado e do enfraquecimento relativo da hegemonia norte-americana, sem disparar um único tiro.

“A China continua sendo a maior compradora mundial de petróleo e gás, e cerca de três quartos do petróleo consumido são importados”, sendo que 50% são oriundos do Oriente Médio, dado que evidencia o impacto do fechamento do Ormuz para a economia chinesa. Mas Pequim se preparou para esse tipo de crise: “acumulou reservas crescentes de petróleo” – possui a maior reserva estratégica do mundo, estimada, segundo algumas fontes, em torno de um ano de consumo –, realizou fortes investimentos em fontes renováveis (hidrelétrica, solar, eólica etc.) e “passou a utilizar tecnologia para reduzir a dependência de matérias-primas importadas que abastecem sua vasta produção industrial” (MARCELO NINIO; “China se Prepara para Escassez de Combustível Há Anos”, O Globo, 8 de abril de 2026, p. 17).

Mesmo com toda essa prontidão em termos energéticos, a China foi um dos países mais afetados pelo bloqueio do aludido estreito. Ao se deparar com a elevação do preço do petróleo no mercado doméstico, ela sofreu muito mais que os Estados Unidos, o maior produtor mundial desse produto, e que já conquistou a autossuficiência petrolífera. No entanto, por se tratar de uma autocracia, não há dúvida de que os chineses têm maior capacidade de lidar com esse aumento do que os norte-americanos.

De sua parte, Teerã demonstrou adaptabilidade ao transformar um cenário bastante adverso em uma posição relativamente mais favorável do que a anterior ao conflito. Embora tenha havido um triunfo militar tático por parte de Washington, ele não se

converteu em êxito político. E isso ocorre porque sucessos táticos, quando incompletos, não são suficientes para impor termos ao adversário.

Uma conquista militar só se traduz em ganho político pleno quando obriga a outra parte a aceitar as condições impostas. Caso contrário, abre-se espaço para reconfigurações estratégicas, exatamente o que o Irã parece ter conseguido explorar.

Além disso, é fundamental distinguir adaptação de estratégia. A aptidão para improvisar diante das circunstâncias extraordinárias do campo de batalha não substitui um planejamento estruturado e persistente. Estratégias eficazes exigem não apenas concepção adequada, mas também determinação contínua para sua execução integral.

Nesse contexto, o verdadeiro diferencial não foi apenas o desempenho militar de qualquer dos atores diretamente envolvidos, mas sim a habilidade chinesa de agir de forma indireta, paciente e estratégica, transformando uma crise alheia em oportunidade própria.

Embora seja exagerado afirmar que o Irã representa o túmulo do império norte-americano, é possível interpretá-lo como o marco de um processo mais amplo de erosão relativa do poder dos EUA no sistema internacional.

3. O FIASCO DA ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE NO IRÃ

Diferentemente da narrativa norte-americana, o plano definitivo de paz para o imbróglio que resultou no fechamento da rota petrolífera do Estreito de Ormuz não está sendo propriamente negociado pelos três países envolvidos, mas sim imposto por um deles – o Irã, por mais inacreditável que tal asseveração possa parecer.

Apesar da vitória militar de Washington, a posição de Teerã é mais cômoda do que era antes da alteração deflagrada em 28 de fevereiro de 2026. Isso porque essa conquista militar não se converteu em triunfo político. Foi, portanto, algo incompleto.

O Irã externou notável resiliência e uma habilidosa estratégia de difusão [3] do conflito. Apesar da superioridade militar tática de seus adversários, logrou evitar uma derrota decisiva e, em certa medida, reposicionar-se no ambiente regional e internacional, abrindo caminho para seus planos de reconfiguração de poder no Oriente Médio [4]. Esse resultado reforça a clássica distinção entre vitória tática e vitória estratégica: a primeira se refere ao sucesso em missões militares específicas; a segunda tem a ver com a sabedoria de converter esses sucessos em efeitos políticos duradouros.

No plano estritamente militar, EUA e Israel obtiveram uma vantagem significativa, próxima de uma supremacia aérea. A habilidade de operar sobre o território inimigo com perdas

mínimas, destruindo infraestruturas militares – e, em certa medida, civis –, evidencia essa superioridade operacional.

Entretanto, de maneira diversa do que ocorreu durante a Guerra do Golfo (1991) [5], não houve persistência. Não basta dispor de uma estratégia adequada; é necessário haver determinação política para levá-la até o fim, impedindo que seja interrompida ou executada apenas parcialmente. Algo difícil, não há como negar, em se tratando de países democráticos submetidos a pressões internas (popular e congressional), da comunidade internacional e a agendas eleitorais, fatores que lhes restringem o alcance e, notadamente, o resultado útil da superioridade militar no teatro de operações.

O que ocorreu no Irã em 2026 é semelhante, nesse aspecto, ao episódio da Indochina, quando RICHARD NIXON bombardeou o Vietnã do Norte por 10 dias – Operação Linebacker II, de 18 a 29 de dezembro de 1972. Após ter eliminado um terço da força bélica do inimigo, NIXON, interna e internacionalmente pressionado, além de se sentir ameaçado pelo Congresso de seu país, uma vez que a ação fora propositalmente conduzida durante o recesso do Legislativo, determinou a suspensão dos bombardeios, viabilizando o êxito norte-vietnamita dois anos depois.

O FIASCO DA ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE NO IRÃ — VITÓRIA TÁTICA, DERROTA ESTRATÉGICA		
DIMENSÃO	GUERRA DO GOLFO (1991) ★	OPERAÇÃO FÚRIA ÉPICA (2026) ✘
Objetivo estratégico	Claro e delimitado: expulsar o Iraque do Kuwait	Amplio e ambíguo: conter o Irã e sinalizar à China
Determinação política	Alta — Bush manteve as operações até o fim	Baixa — Trump recuou sob pressão interna e do Congresso
Pressão interna / Congresso	Controlada e gerenciada com sucesso	Fator decisivo para o encerramento prematuro
Coalizão internacional	Ampla e legitimada pela ONU	Restrita — aliados europeus recusaram apoio
Resultado tático	Vitória rápida e decisiva (100 horas de combate terrestre)	Superioridade aérea, mas sem derrota decisiva do adversário
Resultado estratégico	Conversão plena em ganho político	Fracasso — cessar-fogo nos termos impostos pelo Irã
Analogia histórica	—	Operação Linebacker II — Vietnã (1972)

"O sucesso de qualquer empreitada militar requer determinação para conduzi-la até a consecução dos resultados estimados." — Reis Friede (2026)

Vitória tática ≠ Vitória estratégica. Sucessos militares incompletos não impõem termos ao adversário.

Fonte: Elaboração própria com base em Reis Friede (2026), CSIS e registros históricos da Guerra do Golfo.

A tabela contrasta as condições estratégicas da Guerra do Golfo (1991) com as da Operação Fúria Épica (2026) em seis dimensões analíticas. A comparação evidencia que o fracasso norte-americano no Irã não decorreu de inferioridade militar, mas da ausência de determinação política para sustentar as operações até a obtenção de resultados estratégicos concretos – padrão já observado na Operação Linebacker II, no Vietnã (1972).

4. OS RESULTADOS PRELIMINARES DO RECUO ESTADUNIDENSE

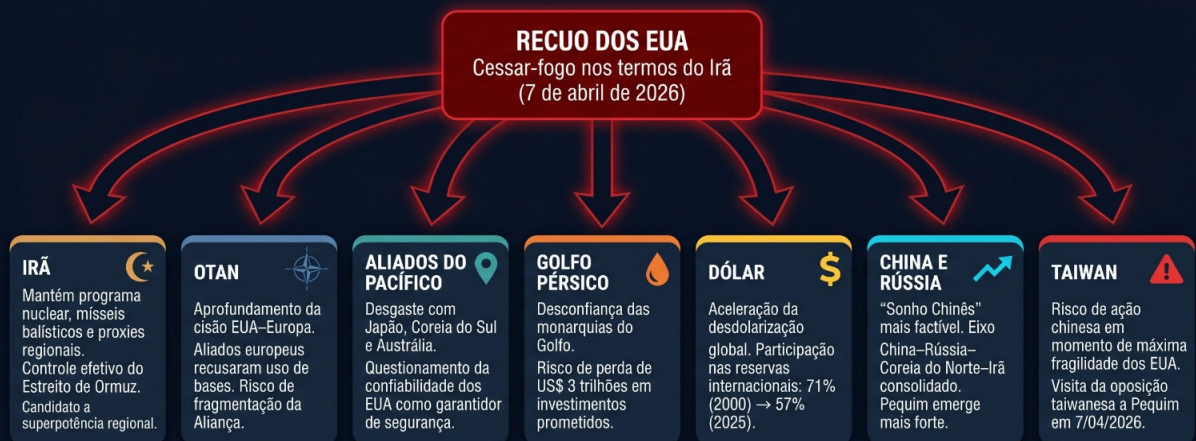
Contra a vontade de Tel Aviv e de Riade, que desejavam a continuidade das hostilidades até a completa aniquilação dos poderes militar, econômico, e conseqüentemente, político de Teerã, Washington decidiu encerrar a Fúria Épica, aceitando os termos do acordo de cessar-fogo proposto pelo regime dos aiatolás – agora comandado pela Guarda Revolucionária –, embora tenha tentado impor uma inconsistente narrativa em sentido oposto.

A despeito de o núcleo de poder ter se inclinado para a Guarda Revolucionária, o regime político iraniano manteve-se intacto. Ademais, o governo de Teerã preservou todos os elementos que se encontravam em negociação: o programa de mísseis balísticos – inclusive o futuro desenvolvimento de vetores intercontinentais (ICBM); o programa bélico-nuclear, que deixa de ser dissimulado e passa a ser quase que ostensivo (política de Estado); e o patrocínio das milícias regionais subordinadas (*proxies*). Como se não bastasse, o Irã livrou-se do isolamento internacional, impôs-se como futura potência dominante no Oriente Médio – com reais chances de obter o retraimento diplomático de Israel, iniciando sua trajetória para o almejado *status* de superpotência regional – e estabeleceu um controle efetivo, mesmo que indireto, do Estreito de Ormuz [6], passando a ser um importante *player* na fixação dos preços internacionais do petróleo.

Para os EUA, o desastre foi avassalador: o país deixa de ser visto como potência hegemônica por seus inimigos, tal como ocorreu com o desfecho da Guerra do Vietnã em 1975; aprofunda-se a cisão entre os EUA e a Europa, desafiando a sobrevivência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN [7]); inicia-se um processo de desgaste entre os aliados do Pacífico (Japão, Coreia do Sul e Austrália); gera-se uma sensação de desconfiança entre Washington e as monarquias do Golfo Pérsico, possivelmente afastando os prometidos investimentos na ordem de US\$ 3 trilhões que elas fariam em território e ativos norte-americanos, e acentuando o processo de desdolarização mundial, exatamente o que a Fúria Épica, em uma perspectiva mais ampla, pretendia evitar.

Rússia e, sobretudo, China emergem ainda mais fortes da catástrofe norte-americana na Fúria Épica, tornando o “Sonho Chinês” e o início da Era Chinesa mais factíveis para Pequim. E considerando a histórica visita que CHENG LI-WUN, líder da oposição taiwanesa, fez à China em 7 de abril de 2026 – data que coincidiu com o cessar-fogo ajustado entre os EUA e o Irã –, não será surpresa se o governo chinês decidir pôr em prática seu antigo propósito de retomar Taiwan. Para agravar ainda mais a situação, o risco para Taipé ocorre em um momento de extrema fragilidade ou contestação da liderança dos Estados Unidos.

Os Resultados do Recuo Estadunidense – Consequências Geopolíticas em Cascata



Custo total estimado da Operação Fúria Épica: US\$ 28–40 bilhões em 39 dias. **Recomposição dos arsenais:** mínimo 2 anos e US\$ 70 bilhões adicionais.

Fonte: Elaboração própria com base em Reis Friede (2026) e análises do CSIS.

As sete principais consequências geopolíticas do recuo norte-americano na Operação Fúria Épica, irradiadas a partir do cessar-fogo de 7 de abril de 2026. O resultado foi uma cadeia de efeitos simultâneos que atingiu dimensões distintas da hegemonia dos EUA: o fortalecimento do Irã, o abalo da OTAN, o desgaste com aliados do Pacífico, a desconfiança das monarquias do Golfo, a aceleração da desdolarização, o avanço estratégico da China e o aumento do risco sobre Taiwan.

Não por acaso, o orçamento militar recorde (US\$ 1,5 trilhão) pleiteado pela Casa Branca ao Congresso objetivando justamente assegurar a continuação da dominância estadunidense. Todavia, o fato de a Suprema Corte ter determinado a devolução de bilhões de dólares arrecadados com as tarifas aplicadas pelo governo TRUMP pode dificultar esse aporte estratosférico para o setor de defesa.

A Fúria Épica, que consumiu quase US\$ 40 bilhões [8] dos cofres estadunidenses, foi uma ousada cartada de DONALD TRUMP, cujo êxito configuraria um golpe contundente contra a China; por isso mesmo, era uma jogada que ele não podia se dar ao luxo de perder, mas que simplesmente perdeu.

O acelerado fortalecimento das capacidades [9] militares persas têm sido impressionante. A despeito do banimento internacional e das punições econômicas que lhes foram aplicadas, estima-se que Teerã tenha investido US\$ 1 trilhão em seu programa de mísseis e em desenvolvimento bélico-nuclear. Tudo isso empurrou TRUMP para um dilema [10]: o não agir significaria permitir, a médio prazo, o surgimento de uma superpotência regional – inclusive com poder bélico-nuclear – aliada da China, reforçando, no âmbito da Segunda Guerra Fria, o elo China–Rússia–Coreia do Norte; o agir, por outro lado, exigia, por parte das autoridades norte-americanas, uma estratégia muito bem definida e elaborada, bem como uma forte determinação capaz de superar todos os obstáculos políticos e militares

previsíveis – e até mesmo imprevisíveis –, o que não se observou.

De todos os cenários previsíveis para o término do embate – a) manutenção do regime e de sua forma de atuação, inobstante todo o esforço empreendido; b) eclosão de uma guerra civil iraniana, com a fragmentação do país, através de diversos grupos, mais ou menos como se deu no Iraque; c) manutenção de parte do regime dos aiatolás, mas com uma liderança mais flexível, em uma forma de negociação semelhante à que ocorreu com a Venezuela; e d) instalação de um regime democrático, ou nem tanto, mas totalmente alinhado aos interesses de Washington –, apenas o primeiro representaria uma derrota total para os interesses norte-americanos, posto que: não afastaria o Irã de sua aliada estratégica – a China – no panorama geopolítico; manteria o abastecimento de petróleo para Pequim a preços subsidiados e pagos em moeda própria; desafiaria, a médio e longo prazos, a hegemonia financeira dos Estados Unidos; e afrontaria o chamado privilégio exorbitante que o dólar, como moeda de referência internacional, confere a Washington.

Todos os demais, inclusive o segundo – o advento de uma guerra civil –, com todas as suas consequências, inclusive com a grande possibilidade de provocar a queda do regime iraniano, expressaria, no final das contas, uma vitória para Israel (afastando em definitivo o risco existencial que o Irã representa para os israelenses), e também para os EUA (retirando da China um aliado fundamental). Porém, nenhuma dessas três hipóteses (b, c e d) se concretizou, e a primeira (a) emergiu como realidade.

5. A ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE NO IRÃ

Ao contrário de algumas asseverações, a estratégia norte-americana no Irã até era clara, lógica e racional. Porém, sua execução, no estilo trumpista de ser, foi bastante singular, por vezes parecendo improvisada e caótica e, segundos os críticos do presidente republicano, sem um planejamento de contingências e, portanto, com enormes chances de se tornar um fiasco, como acabou acontecendo.

O sucesso de qualquer empreitada militar requer um planejamento sólido e bem formatado, no qual os objetivos principais e secundários estejam claramente definidos e sejam plenamente factíveis, viabilizando a formulação de uma estratégia coerente e, acima de tudo, exequível. Contudo, dispor de uma estratégia eficaz não é suficiente; é indispensável haver, não obstante os percalços, determinação para conduzi-la até a consecução dos resultados estimados, com o ocorreu na Guerra do Golfo em 1991.

A Estratégia Estadunidense no Irã — Cronologia dos Marcos Decisivos

Jan. 2026

Êxito na Venezuela

Captura e retirada de Maduro do poder. Único resultado concreto da estratégia trumpista antes da Fúria Épica.

28 Fev. 2026

Início da Operação Fúria Épica

EUA e Israel lançam ataques coordenados. Objetivo: neutralizar o programa nuclear, de mísseis e as lideranças iranianas.

Mar.–Abr. 2026

Pressão Interna e do Congresso

Opinião pública e Congresso pressionam por encerramento. Trump recua — padrão análogo ao Linebacker II (Vietnã, 1972).

Mai. 2026

Balanco Estratégico

Vitória tática dos EUA não se converte em ganho político. Irã repositicionado como potência regional dominante.

Fev. 2026

Fracasso das Negociações com o Irã

Teerã usa conversações para ganhar tempo. Washington conclui que acordo negociado é inviável.

Mar. 2026

Resistência Iraniana e Fechamento do Ormuz

Irã adota defesa em mosaico. Fecha seletivamente o Estreito de Ormuz. Choque de preços no mercado global de petróleo.

7 Abr. 2026

Cessar-Fogo nos Termos do Irã

Washington aceita condições iranianas. Irã mantém programa nuclear, mísseis, proxies e controle do Ormuz.

O DILEMA DE TRUMP

Não agir: permitir surgimento de superpotência nuclear aliada da China. Agir: exigia estratégia sólida e determinação inabalável — o que não se observou.

A LIÇÃO DO VIETNÃ (1972)

Nixon bombardeou o Vietnã do Norte por 10 dias (Linebacker II), eliminou 1/3 da força inimiga e recuou sob pressão. Resultado: vitória norte-vietnamita dois anos depois.

Fonte: Elaboração própria com base em Reis Friele (2026), CSIS e registros históricos da Operação Linebacker II.

A linha do tempo reconstrói os sete marcos decisivos da estratégia norte-americana no Irã, do único êxito concreto do governo Trump — a captura de Maduro na Venezuela (janeiro de 2026) — ao cessar-fogo imposto por Teerã em abril do mesmo ano. O painel inferior evidencia o dilema estrutural que condicionou toda a operação e o paralelo histórico com a Operação Linebacker II no Vietnã (1972): em ambos os casos, a superioridade militar não foi sustentada até a obtenção de resultados políticos definitivos.

Diferentemente de Israel, que lançou a Leão Rugidor, o verdadeiro escopo dos Estados Unidos com a Fúria Épica nunca foi atingir o Irã, país irrelevante na competição global com Washington, mas sim a China, a única que pode ameaçar a hegemonia estadunidense. A abordagem da Casa Branca é enfraquecer Pequim, sua rival estratégica, atacando um dos principais pontos fracos da China: sua alta dependência de hidrocarbonetos. Controlar o Irã e, conseqüentemente, o Estreito de Ormuz, fazia parte de uma estratégia muito bem elaborada pelos Estados Unidos, que também inclui o controle do Estreito de Malaca [11], uma das vias centrais da economia mundial. Em abril de 2026, autoridades dos governos de DONALD TRUMP e de PRABOWO SUBIANTO, presidente da Indonésia, anunciaram um ajuste preliminar na área da defesa. Muito provavelmente, ou quase certamente, trata-se de mais uma medida adotada por Washington com a finalidade de conter a China.

Para o regime chinês, “a ascensão de um governo pró-Occidente no Irã seria uma perda considerável”. DANNY CITRINOWICZ, que atuou como oficial de Inteligência em Israel, acredita que o governo norte-americano “receberia com grande satisfação uma redução dramática na capacidade da China de exercer influência sobre o Irã” (MARCELO NINIO; “EUA x China e o Cerco ao Irã”, O Globo, 3 de março de 2026, p. 22).

Importando diariamente cerca de 11,6 milhões de barris de petróleo em 2025, o que lhes confere a primeira posição mundial nesse quesito, os chineses suprem suas demandas por

intermédio de vários fornecedores, havendo três em particular, que lhes concedem descontos especiais e pagamentos em yuan: a Venezuela, já neutralizada, o Irã e a Rússia.

Os ataques na Venezuela e no Irã [deflagrados em janeiro e fevereiro de 2026, respectivamente] preocupam Pequim, não só pelo enfraquecimento de parceiros políticos e fornecedores de petróleo a preços camaradas, mas também pela incômoda confirmação do poder de fogo inigualável dos EUA (MARCELO NINIO; “O Mundo G2 Visto da China”, O Globo, 10 de março de 2026, p. 21).

A forma de negociação desse produto pelos três países vem contornando o acordo costurado em meados da década de 1970 pelos Estados Unidos, quando a ancoragem do dólar, que até 1971 era lastreada no ouro, passou a ser feita por meio da comercialização do petróleo – os chamados petrodólares –, proporcionando a continuidade da hegemonia financeira estadunidense.

Embora a tentativa de romper ou burlar a exclusividade do uso da moeda norte-americana para transações envolvendo petróleo não seja uma novidade – tendo sido, em parte, a razão da deposição de MUAMMAR KADAFI (1969-2011) na Líbia, e de SADDAM HUSSEIN (1979-2003) no Iraque –, essa empreitada nunca foi realizada de maneira coordenada como aparentemente está sendo feito pela China no contexto da atual competição acirrada.

A derrubada de NICOLÁS MADURO (2013-26) na Venezuela sem que se objetivasse remover as lideranças do regime venezuelano e democratizar o país, bem como as tentativas de aproximação com VLADIMIR PUTIN desconsiderando os legítimos interesses da Ucrânia, evidenciam uma estratégia bem arquitetada por Washington: a defesa da hegemonia geral estadunidense e financeira do dólar, como moeda de referência internacional, cuja participação nas reservas internacionais vem declinando nos últimos anos – estava em 57% em 2025; comparativamente, em 2000 era de 71%. Além disso, os Estados Unidos pretendem ter voz ativa sobre os preços internacionais do petróleo, razão de sua política de desmanche da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), entidade da qual os Emirados Árabes Unidos se desligaram em 1º de maio de 2026. Fundada em 1960, a OPEP estabelece os preços dessa *commodity* através da restrição de sua oferta no mercado internacional.

Nesse sentido, o controle do Irã é estratégico. Além de tentar impedir a venda de petróleo barato em yuan para Pequim – o que não se efetivou, embora tenha ocorrido de maneira circunstancial –, pode comprometer a Rota da Seda e atrapalhar os propósitos chineses de expansão comercial. Portanto, o plano de DONALD TRUMP e de sua equipe de conselheiros vai muito além do *reset* comercial – e da reindustrialização dos EUA – por meio da imposição de tarifas, tal como aconteceu em 2025. O que a Casa Branca pretende é reposicionar o país em uma nova realidade global tripolar (EUA, China e Rússia), com forte inclinação para tetrapolaridade (com a inclusão da Índia). A Europa, que até poderia ser um

quinto polo, encontra-se enfraquecida, sendo completamente descartada por TRUMP nesta equação.

Exatamente como se observou na Venezuela, os EUA também preferiam uma solução negociada com o Irã. Diante da resistência de Caracas, Washington deflagrou a ação que, no início de janeiro de 2026, capturou e retirou MADURO do poder, passando a transacionar com as demais lideranças do governo local.

Um método bastante semelhante foi utilizado no episódio do Irã. A cessação da Guerra dos Doze Dias (13 a 24 de junho de 2025) contra a vontade de Tel Aviv partiu do princípio de que seria possível negociar, nos termos propostos por Washington, com Teerã em troca da manutenção do regime. Como isso se mostrou impraticável, a neutralização das principais autoridades políticas e militares da república islâmica, sem necessariamente pôr fim ao modelo teocrático, passou a ser quase que uma condição para viabilizar a interrupção do suprimento de petróleo para a China – que, em essência, é o escopo central dos EUA – e para destruir a força ofensiva (de mísseis balísticos e hipersônicos, por exemplo) e a pretendida capacidade bélico-nuclear dos iranianos. Para tanto, a Casa Branca, em uma convergência de interesses, se valeu indiretamente do poderio bélico de Israel em seu benefício, e não o oposto, como alguns argumentam, ainda que Tel Aviv, no final das contas, tenha conseguido impor seus objetivos em relação aos norte-americanos.

De um modo geral, a desistência norte-americana de prosseguir nas conversações que estavam sendo levadas a cabo com o regime dos aiatolás tem pelo menos cinco explicações: Washington concluiu que Teerã apenas desejava ganhar tempo; que o iminente fornecimento de sofisticados mísseis antinavio e milhares de MANPADS (*Man-Portable Air-Defense Systems*) chineses aos iranianos reduziria, ou até mesmo neutralizaria, a efetividade das forças aeronavais norte-americanas – a parceria militar Pequim-Teerã estava bem perto de subir mais um degrau; que a proximidade da entrega dos caças Sukhoi Su-35 Super Flanker e sistemas adicionais e sofisticados de defesa aérea e contra interferência eletrônica pelos russos poderia prejudicar uma ofensiva estadunidense; que o Irã, de uma maneira intensa, estava elevando seus estoques balísticos – sua cadência de fabricação era de 100 unidades por mês; que determinadas fontes, inclusive a Agência Internacional de Energia Atômica, estimam que o regime iraniano – que já enriquece urânio a 60%, percentual muito próximo ao mínimo necessário para se fabricar um artefato atômico – possua um estoque de urânio de 460 kg, que não teria sido destruído pela Operação Midnight Hammer, em junho de 2025, suficiente para a construção de algo entre 10 e 15 ogivas nucleares.

Outro fator que apressou o advento do conflito foi o desdobramento, por parte de Teerã, do míssil hipersônico Fattah-2. De forma diferenciada dos artefatos balísticos tradicionais, que

possuem trajetória parabólica, o Fattah-2 é capaz de fazer manobras evasivas em velocidades próximas de Mach 5, através de seu veículo de planeio – que forma o conhecido rastro de “cauda de dragão” –, tornando-o ainda mais difícil de ser interceptado pelos sistemas antibalísticos atuais. Ademais, Teerã estava testando mísseis balísticos com alcance muito maior do que o limite de dois mil km declarados, fato que se mostrou verdadeiro com o lançamento de vetores contra a base de Diego Garcia, situada a quatro mil km do Irã.

A dimensão da reação do Irã – potência regional e forte candidata ao *status* de superpotência regional – não foi muito bem calculada por Washington. Distribuindo sua força bélica em seu extenso território, e atribuindo autonomia plena aos comandantes militares locais, a estratégia de defesa em mosaico adotada pelo Irã revelou-se muito mais efetiva do que as previsões. Realmente, a habilidade que Teerã exprimiu ao impor, através do fechamento do Ormuz, sérios danos à economia global – com os houthis podendo fazer o mesmo no Estreito de Bab al-Mandeb [12] – parece não ter sido muito bem considerada. Também se subestimou a vontade política de Moscou e de Pequim em apoiar Teerã, ainda que de maneira dissimulada. Há notícias de que os russos e os chineses teriam fornecido aos iranianos as coordenadas para que estes pudessem identificar com precisão a localização dos alvos norte-americanos, bem como modernos equipamentos de interceptação, o que lhes possibilitou destruir instalações militares e sofisticados radares de alerta, bem como derrubar, ou pelo menos danificar, aeronaves estadunidenses altamente avançadas. Algumas fontes asseveram que o Irã teria se utilizado de satélites chineses para mirar bases e ativos norte-americanos, e que isso teria sido crucial para a eficácia dos ataques iranianos. Informações apontam que o navio de inteligência chinês *Liao Wang-1*, navegando no Golfo de Omã, teria coletado e repassado importantes dados sobre as posições das belonaves norte-americanas à Teerã.

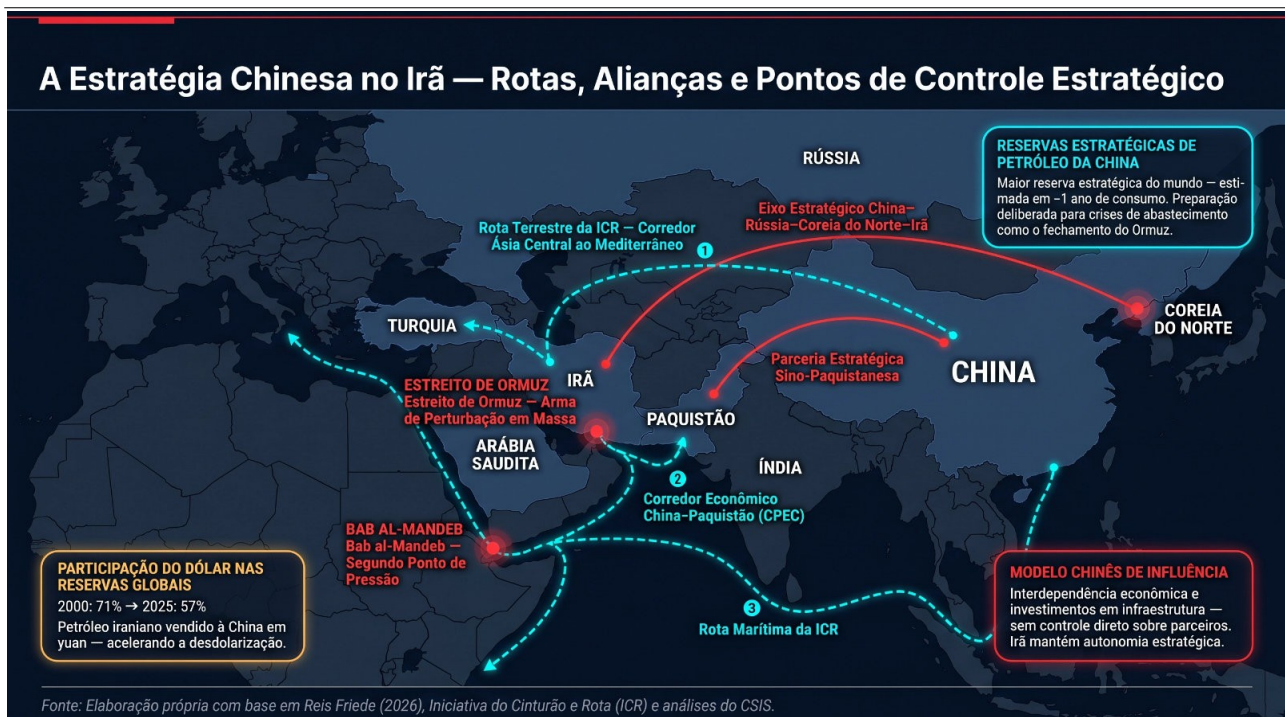
Mesmo que a grande conclusão a que se chegue seja que os poderios militar, econômico e financeiro estadunidense ainda persistem praticamente sem contraponto – e que a superioridade militar do país continua incontestável, com pouca chance de uma resposta efetiva por parte do Irã ou de qualquer outra nação –, é fato que a Guarda Revolucionária habilmente optou por uma abordagem alternativa de viés econômico e por um enfoque heterodoxo de natureza assimétrica, o que lhe permitiu neutralizar parcialmente a enorme vantagem militar norte-americana.

Ademais, Teerã habilmente explorou um outro fator: o tempo. O Irã tem todo o tempo do mundo; TRUMP, não. Embates prolongados são historicamente um ponto fraco para os EUA e para os regimes democráticos em geral. TRUMP sabe que o sucesso de sua política externa se subordina quase que exclusivamente ao apoio popular dos cidadãos do país e, sobretudo,

do Congresso, e também a uma complexa agenda de sufrágios, sujeitando as operações militares ao calendário eleitoral, como aconteceu em 1972 no Vietnã. Em contrapartida, por não possuírem tal “calcanhar de Aquiles” estadunidense, autocracias como a China e a Rússia, e uma teocracia como o Irã, detêm grande capacidade de absorver choques e descontentamentos internos.

6. A ESTRATÉGIA CHINESA NO IRÃ

O Irã ocupa uma posição geoestratégica de enorme relevância para a projeção de poder da China no Oriente Médio. Além de representar uma relevante fonte de energia – frequentemente negociada em condições favoráveis e, em alguns casos, fora do circuito do dólar, inclusive em yuan –, o Irã constitui um elo fundamental nos corredores terrestres da Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR), conectando a Ásia Central ao Golfo Pérsico e ao Mediterrâneo.



Os três pilares da estratégia chinesa no episódio iraniano: as rotas da Iniciativa do Cinturão e Rota que atravessam o Irã como nó logístico indispensável; o eixo de aliança China-Rússia-Irã-Coreia do Norte como arco de contenção à hegemonia norte-americana; e os dois pontos de controle estratégico – o Estreito de Ormuz e o Bab al-Mandeb – cuja perturbação beneficiou diretamente Pequim ao elevar o preço do petróleo iraniano vendido em yuan e acelerar a desdolarização das reservas globais.

No bojo da Segunda Guerra Fria, formalmente iniciada em 2017 com a assunção de DONALD TRUMP e sua ostensiva política de contenção – há autores que aludem ao ano de 2012, quando XI JINPING ascendeu ao poder com seu “Sonho Chinês” –, Pequim parece buscar, em relação a Washington, uma lógica um tanto quanto adaptada que evoca a postura norte-americana de contenção da União Soviética durante a Guerra Fria de outrora.

À época, a política dos “pilares gêmeos”, ancorada no Irã do Xá REZA PAHLAVI (1941-79) e na Arábia Saudita, visava limitar a ingerência de Moscou no Golfo Pérsico. Na configuração contemporânea, observa-se um movimento distinto: a aproximação sino-iraniana, combinada com a parceria estratégica sino-paquistanesa, sugere uma tentativa semelhante de articulação entre xiitas e sunitas sob um raciocínio pragmático e associado aos planos de Pequim, mas sem qualquer conotação ideológica.

De qualquer modo, diferentemente do modelo adotado pelos Estados Unidos no século XX, a China não pretende exercer algum controle direto sobre seus parceiros. Ela tem preferido atuar sobretudo por meio de interdependência econômica e de consistentes investimentos chineses em infraestrutura, cooperação energética etc. com outras nações. Em sendo assim, o Irã deve manter significativa autonomia estratégica e deve continuar a perseguir seus interesses nacionais, os quais nem sempre convergem integralmente com os da China. Por outro lado, enquanto Pequim amplia sua rede de alianças e consolida o eixo que abrange China, Rússia, Coreia do Norte e Irã – os dois últimos países são candidatos a superpotências regionais –, os Estados Unidos, sob o comando de TRUMP e no bojo de sua “diplomacia de CEO” [13], estão se distanciando de seus aliados históricos, angariando a antipatia internacional e reduzindo sua projeção de poder relativo no mundo.

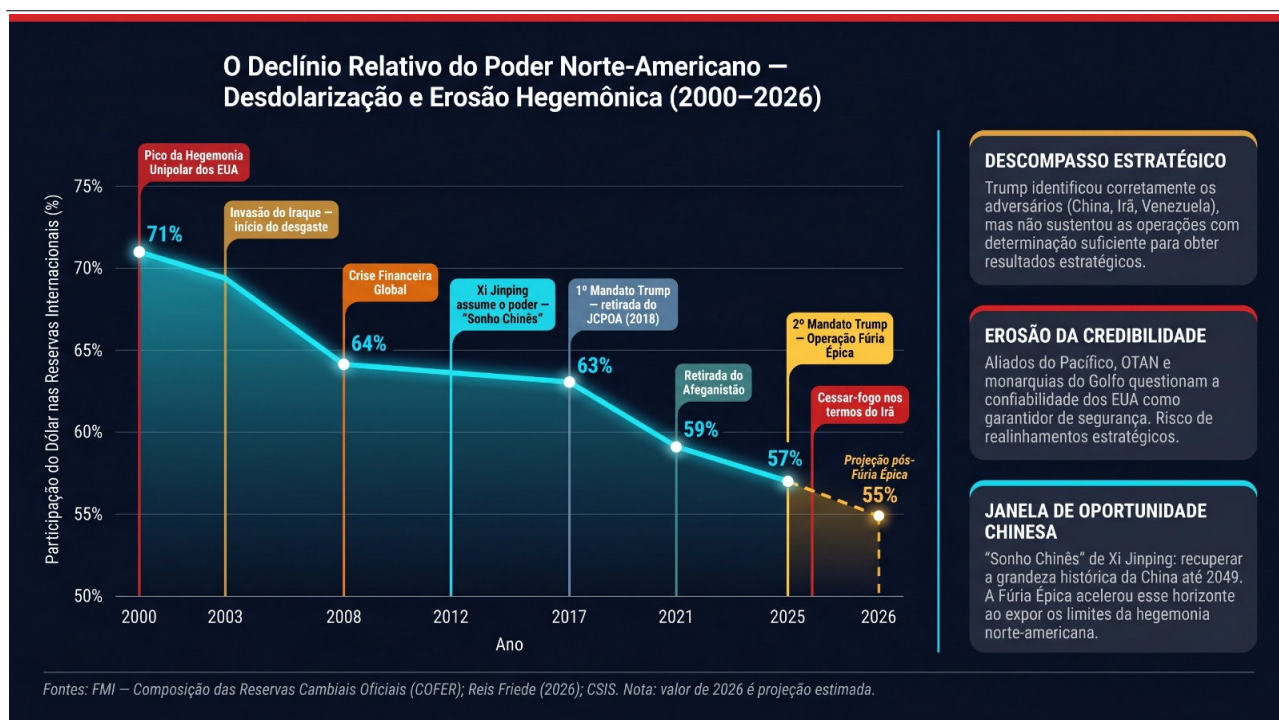
O fracasso norte-americano na conflagração entre os EUA, Israel e o Irã nos autoriza a dizer que Pequim obteve um triunfo marcante, paradigmático e silencioso na disputa pela hegemonia global. Explorando as brechas deixadas por Washington, a China está incrementando cada vez mais sua influência pelo planeta.

No artigo “O Fator China no Cessar-Fogo entre EUA e Irã”, MARCELO NINIO menciona que em geral as análises sobre a conflagração EUA versus Irã apontam que “*a China sairá ganhando, seja qual for o desfecho*” (O Globo, 10 de abril de 2026, p. 19). Embora os entraves enfrentados pelos Estados Unidos ao pôr em curso sua estratégia em relação ao Irã realmente possam contribuir para ampliar ainda mais o já representativo campo de atuação da China, é precipitado caracterizar esse processo como uma vitória chinesa em definitivo. Por ora, o que se constata é apenas uma remodelação gradual do equilíbrio regional, sem que isso, no curto prazo, possa ser diagnosticado como a substituição dos Estados Unidos pela China no topo mundial.

7. O PREVISÍVEL PRÓLOGO DAS AÇÕES DE TRUMP

O segundo governo de DONALD TRUMP, iniciado em 2025, até identificou, com alguma dose de acuidade estratégica, as causas conjunturais que desde a crise de 2008 começaram a conduzir os Estados Unidos ao quadro de declínio – relativo, é claro – com o qual o país se

depara na atualidade. Recorde-se que em 2012, após ter assumido o poder, XI JINPING começou a pôr em ação seus planos de levar a China à condição de potência dominante. Uma vez feito esse diagnóstico, os governos de BARACK OBAMA (2009-17) e, posteriormente, de JOE BIDEN (2021-25), delineararam algumas estratégias de contenção. Desde seu primeiro mandato (2017-21), com ênfase no segundo, os assessores de TRUMP desenvolveram e propuseram soluções que, apesar de controvertidas, apresentavam, em seu desenho preliminar, alguns traços e algumas linhas coerentes com a realidade mundial sob a ótica estadunidense.



O gráfico traça a trajetória de declínio da participação do dólar nas reservas internacionais entre 2000 e 2026, sobreposta aos principais marcos políticos que aceleraram a erosão da hegemonia norte-americana. A projeção pós-Fúria Épica (55%, em tracejado âmbar) sinaliza que o cessar-fogo nos termos do Irã representa não apenas uma derrota estratégica pontual, mas um catalisador adicional do processo de desdolarização em curso. O painel direito sintetiza os três vetores estruturais do declínio: o descompasso entre diagnóstico e execução estratégica de Trump, a erosão da credibilidade junto a aliados e a aceleração da janela de oportunidade chinesa.

A questão é que a implementação das medidas trumpistas revelou-se problemática. A tentativa de rearranjar o comércio internacional por intermédio de tarifas alfandegárias, que posteriormente foram derrubadas pela Suprema Corte – tarifas estas que muitos interpretam como elevadas, enquanto outros as admitem como recíprocas e semelhantes às que são cobradas, direta ou indiretamente, pelos parceiros comerciais de Washington –, as intervenções políticas, a intensificação das sanções econômicas contra países adversários, o manejo pontual de instrumentos militares etc. fazem parte de um conjunto de ações governamentais levadas a cabo por TRUMP, especialmente a partir de seu retorno à Casa Branca. Excetuando-se o êxito obtido em janeiro de 2026 na Venezuela de MADURO, quase todas as outras cartadas do presidente republicano produziram mais custos sistêmicos do

que resultados concretos.

TRUMP teve a percepção do fato, mas não a habilidade necessária para reverter a tendência de declínio do poder relativo dos EUA. Por conseguinte, acelerou o processo, em vez de impedi-lo (REIS FRIEDE; Palestra “Disputa pela Hegemonia Global – EUA versus China”, proferida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR, em 11 de maio de 2026).

A despeito de os planejadores de TRUMP até atuarem com alguma pitada de discernimento estratégico, mormente quando identificam a China como a grande rival dos Estados Unidos, o descompasso que tem sido observado entre o formular e o executar o que fora planejado sugere certos óbices no momento de concretizar eficazmente uma estratégia nacional que, em seus aspectos conjunturais, expressava alguma coerência, mas que, na prática, traduziu-se bastante desarticulada e até mesmo contraproducente.

Por exemplo, ao tentar conter o declínio da hegemonia financeira dos Estados Unidos, especialmente no que concerne à manutenção do confortável sistema de petrodólares, lançando mão, para tanto, da Fúria Épica e de tantas outras medidas, o “tiro pode ter saído pela culatra”. Significa dizer que esse processo, que já estava em curso quando TRUMP reassumiu em 2025, pode ter sido agilizado por meio de algumas iniciativas tomadas. Agindo dessa maneira, o governante norte-americano abre espaços para a criação e intensificação de arranjos alternativos no sistema internacional, com destaque para a crescente projeção de poder da China e sua potencial consolidação como polo hegemônico em certos segmentos da ordem global, tornando o processo de desdolarização global possivelmente irreversível.

O segundo governo TRUMP demonstrou certa capacidade de identificar as origens estruturais que vinham contribuindo para o relativo declínio dos Estados Unidos, propondo soluções que, apesar das divergências naturais, apresentavam uma lógica interna consistente. Entretanto, a execução dessas diretrizes revelou-se significativamente problemática. O resultado foi um descompasso evidente entre formulação e implementação: uma estratégia que, em seu desenho teórico, aparentava coerência, mas cuja operacionalização expôs limitações substanciais de condução, gerando mais instabilidade do que ganhos concretos (REIS FRIEDE; Palestra “Disputa pela Hegemonia Global – EUA versus China”, proferida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR, em 11 de maio de 2026).

DONALD TRUMP pretendia escrever seu nome na História como um líder que reverteria o declínio do país, como fez RONALD REAGAN (1981-89); contudo, acabou refletindo, em grande medida, a face mais controversa de RICHARD NIXON [14].

NOTAS COMPLEMENTARES

1. AS AMBICÇÕES DO IRÃ NA RECONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO PERSA

A atual conjuntura internacional, marcada pela erosão da primazia dos Estados Unidos, pela ascensão da China e pelo “revisionismo imperial” russo reconfigura o equilíbrio global e abre espaço para a emergência de potências disruptivas regionais. Nessa linha de raciocínio, Turquia, Irã e, em menor escala, tendo em vista sua relativa fragilidade econômica, Coreia do Norte operam como potências intermediárias com ambições de autonomia estratégica ampliada.

No caso iraniano, a disputa indireta entre EUA e China – seja por meio de sanções, acordos energéticos ou inserção em cadeias logísticas – não elimina a agenda de Teerã. Pelo contrário, o Irã instrumentaliza essa rivalidade para expandir sua profundidade estratégica no Oriente Médio, utilizando uma combinação de dissuasão heterodoxa, projeção indireta de poder e redes de influência não-estatais.

Com as devidas considerações, o mesmo diagnóstico vale para a Turquia, cuja política externa recente reflete uma procura por autonomia estratégica, combinando elementos de *hard power* (intervenções militares seletivas) com *soft balancing* frente as grandes potências.

O ponto central, portanto, não é propriamente a restauração dos antigos impérios Otomano e Persa – ainda que essas narrativas possam ser assim formuladas –, mas a consolidação de uma nova categoria de poder que pode ser chamada de superpotências regionais, as quais não pretendem rivalizar globalmente com EUA, China ou Rússia. O que elas procuram é atingir níveis de capacidade suficientes para dominar seus entornos geopolíticos imediatos, contestar a presença de grandes potências em seus teatros regionais e operar com relativa autonomia dentro de uma ordem internacional em transição.

Em termos teóricos, isso sugere uma evolução do sistema internacional para algo mais próximo de uma multipolaridade hierarquizada, na qual polos globais – em um contexto tripolaridade confrontativa (EUA, China e Rússia), com inclinação para tetrapolaridade (os três países anteriores mais a Índia) – coexistem com polos regionais altamente capacitados.

2. O CASO DO IRÃ E A MANIPULAÇÃO DAS GRANDES POTÊNCIAS PELO PAÍSES PERIFÉRICOS

A literatura polemológica ainda não discorreu com o necessário aprofundamento sobre a habilidade histórica que certos países periféricos mostraram em explorar a rivalidade

existente entre grandes potências – EUA e URSS, por exemplo –, obtendo, assim, vitórias bélicas em conflitos patrocinados por essas mesmas potências, providas de poder nacional infinitas vezes maior.

E diversos exemplos comprovam essa habilidade, cabendo destacar os seguintes:

- a) Em Cuba, a consolidação da vitória de FIDEL CASTRO na Crise dos Mísseis (1962);
- b) No Vietnã, a exitosa política adotada pelos revolucionários vietnamitas em vários momentos da segunda metade do século XX, o que lhes possibilitou, por exemplo, obstar a divisão definitiva do território vietnamita em dois Estados, precisamente na altura do Paralelo 17, conforme proposta feita pela União Soviética em 1957 (DEMÉTRIO MAGNOLI; História das Guerras: Guerras da Indochina, Editora Contexto, São Paulo, 2006, p. 404);
- c) De maneira semelhante ao evento anterior, a sigilosa proposição formulada pela China em 1965, no sentido de consolidar uma divisão definitiva, uma vez que Pequim receava que os Estados Unidos invadissem o território do Vietnã do Norte e reunificassem o país por meio do emprego da força, sob os auspícios da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE);
- d) Em outro episódio, agora no bojo da altercação fronteiriça travada pela URSS e pela China, Moscou sugeriu a Washington que uma zona de influência norte-americana fosse definitivamente estabelecida em todo o território vietnamita, propondo, em contrapartida, a celebração de um compromisso de não-intervenção estadunidense em um eventual conflito sino-soviético.

Em todas essas situações, o que se verificou no final das contas foi o seguinte: o verdadeiro triunfante não foi uma das grandes potências envolvidas em um confronto indireto por áreas de influência geopolítica; e muito menos o povo dessas nações oprimidas, como apontam algumas fontes. Os vencedores foram os tiranos e seus movimentos armados travestidos de revolucionários, sob os mais diferentes rótulos ideológicos; de fato, mesmo sendo dotados de uma força bem menor, eles conseguiram assumir o poder, firmando-se como os verdadeiros vitoriosos do confronto.

Oportuno rememorar que, após o término da Segunda Guerra Mundial (1945), o temor reverencial decorrente do extraordinário poderio econômico-militar dos EUA nunca foi muito bem explorado. No que se refere ao imediato pós-guerra, uma das razões que provocaram essa não-exploração foi a conjugação de um primeiro-ministro britânico de esquerda – CLEMENT ATTLEE (1945-51), que acreditava que seria possível obter um acordo com a URSS e, assim, evitar a Guerra Fria – com um presidente norte-americano (HARRY TRUMAN, 1945-52) não devidamente preparado sob o prisma político-estratégico; some-se a isso o fato de a sociedade norte-americana daquela ocasião acreditar que a tarefa de

assegurar a estabilidade e a segurança internacionais caberia à ONU, e não aos Estados Unidos. Em decorrência de algumas reminiscências da política isolacionista estadunidense presente entre as duas conflagrações mundiais do século passado, observou-se, em certo aspecto, uma baixa determinação de os EUA se imporem como uma espécie de “polícia mundial”. Ao notar esse estranho complexo de fraqueza, MAO TSÉ-TUNG, em uma entrevista concedida à jornalista norte-americana ANNA LOUISE STRONG em agosto de 1946, cunhou e atribuiu aos Estados Unidos um apelido pejorativo: “Tigre de Papel”, simbolizando algo aparentemente ameaçador, mas que na realidade é inofensivo.

Apesar dessa fanfarronice, postura típica de MAO, é inegável que a superpotência estadunidense, que emergiu notavelmente forte dos escombros da Segunda Guerra Mundial, representava um inédito elemento de poder de alcance global. Naquela ocasião, excetuando-se o poder contrapontual exercido pela URSS, sobretudo após a explosão de sua bomba atômica em 1949, evento que rompeu o monopólio bélico-nuclear norte-americano, a lógica indicava que era impossível desafiar os EUA, mas que de alguma maneira era possível manipulá-los, justamente o que alguns Estados periféricos passaram a fazer com muita habilidade, sobretudo quando o governo de Washington não estava nas mãos de uma liderança forte, tal como RONALD REAGAN (1981-89).

A conclusão a que se chega é que, mesmo sendo detentores de um poderio econômico-militar ainda incontrastável, os Estados Unidos continuarão sendo manipulados e, para alguns, até mesmo derrotados na seara política por potências pouco relevantes, as quais, ao fazê-lo, poderão ser catapultadas a novos patamares, como parece ser o caso do Irã, com seu possível e futuro novo *status* de superpotência regional.

3. A ESTRATÉGIA IRANIANA DE DIFUSÃO DO CONFLITO E COERÇÃO INDIRETA

A instrumentalização de populações civis como forma de constrangimento operacional – frequentemente descrita como o uso de “escudos humanos” – não constitui uma inovação no campo estratégico. Contudo, o Irã elevou esse método a um novo patamar ao deslocá-lo do plano tático para o nível da grande estratégia.

Ao invés de apenas proteger ativos críticos no território nacional ou em zonas de influência direta, Teerã empregou a estratégia de difusão horizontal do risco, projetando custos sobre terceiros, notadamente os aliados regionais dos Estados Unidos no Golfo. Por meio de ataques calibrados e deliberadamente direcionados contra infraestruturas civis e econômicas sensíveis desses parceiros de Washington, o Irã os transformou em vetores indiretos de contenção.

Esse mecanismo opera segundo uma lógica de coerção indireta: ao aumentar a

vulnerabilidade de aliados estratégicos dos norte-americanos, Teerã altera o cálculo custo-benefício desses atores, incentivando-os a pressionar por moderação ou limitação das operações militares das forças dos EUA. Em termos conceituais, trata-se de uma sofisticada exploração do dilema de segurança, combinada com elementos de interdependência vulnerável.

O resultado é a criação de um sistema de restrições políticas externas à própria arena de conflito. Tendo em vista a exposição de suas populações e economias, os países do Golfo tornam-se menos propensos a apoiar ações ofensivas sustentadas contra o Irã, funcionando como freios indiretos à escalada, ainda que a Arábia Saudita, ao final, tenha defendido a continuação das operações até a eliminação completa do regime.

Uma analogia com as operações levadas a cabo pelas forças de segurança pública em certas localidades do país contra as ações perpetradas por organizações criminosas ultraviolentas, grupos paramilitares, milícias privadas etc., como observado no Brasil, pode ser útil como ilustração: frequentemente, os criminosos (narcotraficantes, milicianos, grupos de extermínio etc.) ampliam deliberadamente os riscos para a população local, decorrentes da atuação dos órgãos policiais. Com isso, eles tentam criar obstáculos para as forças de segurança pública *in loco*. No entanto, diferentemente desses atores não-estatais, o Irã opera essa lógica dentro de uma arquitetura regional complexa, articulando-a com redes de aliados, capacidades assimétricas e uma leitura sofisticada do ambiente estratégico.

Em última instância, essa estratégia revela uma adaptação típica de potências revisionistas em condição de assimetria: incapazes de vencer decisivamente em confrontos diretos, elas tentam moldar o ambiente estratégico ampliando os custos políticos da ação adversária, deslocando, assim, o centro de gravidade do campo militar para a esfera política.

4. UMA NOVA “UNIÃO SOVIÉTICA” (ISLÂMICA)? PODER, ORDEM E RECONFIGURAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO

A história da ordem internacional raramente avança por meio de rupturas súbitas; mais frequentemente, ela se transforma por erosão – lenta, cumulativa e, muitas vezes, imperceptível para aqueles que a vivenciam. O momento atual parece refletir precisamente esse tipo de inflexão. A postura adotada pelos Estados Unidos ao longo da última década, especialmente sob a administração de BARACK OBAMA (2009-17), sugere não apenas um ajuste tático, mas uma reconsideração mais profunda do papel norte-americano como fiador da estabilidade global.

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, a ordem internacional foi sustentada por um equilíbrio singular: poder concentrado e legitimidade institucionalizada. Os Estados Unidos,

ao mesmo tempo em que exerciam primazia material, procuravam ancorar essa primazia em um conjunto de normas e instituições capazes de conferir previsibilidade ao sistema. Essa combinação – poder e legitimidade – foi crucial para a relativa estabilidade do período pós-guerra, mesmo em face das tensões estruturais da Guerra Fria (1947-91).

O que hoje se observa, entretanto, é uma dissociação progressiva desses dois elementos. Ao enfatizar a necessidade de adaptação a uma nova era de compartilhamento de responsabilidades, Washington parece, em certa medida, relativizar sua função estabilizadora. Tal movimento não ocorre no vazio. Em sistemas internacionais caracterizados pela ausência de uma autoridade central, a retração de uma potência dominante não produz automaticamente equilíbrio; ao contrário, tende a estimular a competição entre atores que buscam redefinir sua posição relativa.

Nessa linha de raciocínio, o Irã emerge como um caso emblemático. Descrito por vezes em termos ideológicos, o comportamento iraniano, em uma análise mais detida, traduz uma lógica profundamente estratégica. Trata-se de um Estado que opera com uma percepção aguda de oportunidade histórica: a de expandir sua influência em um momento de fluidez sistêmica. Embora o Irã, tal como a URSS, também constitua um mosaico de povos – persas (61%), azeris (16%), curdos (10%), luros (6%), balúchis (2%), árabes (2%), turcomanos e tribos turcas (2%) e outras etnias (1%) –, a evocação de uma possível “Nova União Soviética” não deve ser interpretada como uma equivalência literal ao que fora a antiga confederação eurasiática, mas como uma tentativa de capturar a função geopolítica que o Irã almeja e pode vir a desempenhar: a de polo disruptivo em um sistema em transição.

A experiência histórica da URSS retrata que desafios à ordem estabelecida não se limitam à acumulação de poder material. Eles envolvem, sobretudo, a capacidade de explorar fissuras no arranjo vigente. Nesse sentido, a expansão da influência iraniana no Oriente Médio não decorre apenas de suas capacidades, mas também da desorganização do ambiente regional. Guardadas as devidas proporções, a ascensão da Rússia soviética, com uma roupagem confederativa, também decorreu, em alguma medida, do cenário internacional caótico e de incertezas que marcaram os últimos momentos da Segunda Guerra Mundial (1939-45).

A eliminação do Iraque como contrapeso estratégico, somada às consequências não-intencionais da Primavera Árabe, iniciada em 2010, produziu um vácuo de poder que dificilmente permaneceria inexplorado. Em países como Egito, Líbia e Iêmen, a fragilização das estruturas estatais abriu espaço para a atuação de atores externos e não-estatais. Em outros, como Síria e Líbano, a sobreposição de conflitos internos e rivalidades regionais criou condições ideais para estratégias indiretas de projeção de poder.

É nesse cenário que o Irã tem operado com notável consistência. Longe de depender

exclusivamente de instrumentos convencionais, Teerã desenvolveu uma arquitetura de influência baseada em redes, alianças heterodoxas e atores intermediários. Essa abordagem permite maximizar ganhos estratégicos a custos relativamente reduzidos, ao mesmo tempo em que dificulta respostas diretas por parte de adversários. Trata-se de uma forma de projeção de poder que se adapta às restrições do sistema contemporâneo, no qual o uso direto da força por grandes atores frequentemente acarreta custos políticos elevados.

Paralelamente, o avanço do programa militar iraniano – particularmente em relação ao domínio da tecnologia de mísseis balísticos e à potencial capacidade bélico-nuclear – introduz uma dimensão adicional de complexidade. A busca por dissuasão não é, em si, um fenômeno novo; ela constitui um dos pilares da estratégia de sobrevivência em ambientes anárquicos. Contudo, sua consolidação em uma região já marcada por rivalidades intensas e baixa institucionalização tende a amplificar percepções de insegurança e a estimular respostas compensatórias por parte de outros atores.

A possível nuclearização bélica do Irã, nesse sentido, não pode ser analisada apenas como um evento técnico. Trata-se de uma transformação estrutural com implicações de longo alcance. Se, por um lado, a dissuasão nuclear pode reduzir a probabilidade de confrontos diretos de grande escala, por outro tende a deslocar a competição para arenas indiretas, onde os custos de escalada são mais difusos e as linhas de responsabilidade, menos claras. A história da Guerra Fria oferece muitos exemplos dessa dinâmica.

Ao mesmo tempo, a evolução do sistema regional aponta para uma crescente fragmentação. Potências econômicas com significativo potencial militar, como a Arábia Saudita, enfrentam desafios simultâneos – internos e externos – que limitam sua capacidade de atuação como polos de estabilização. O resultado é um ambiente estratégico caracterizado por múltiplos centros de poder, interações competitivas e ausência de mecanismos eficazes de contenção de crises.

A questão central, portanto, deixa de ser a intenção declarada dos atores e passa a ser a lógica estrutural que orienta seu comportamento. Estados não operam em função de preferências abstratas, mas de imperativos impostos pelo sistema em que estão inseridos. Quando a distribuição de poder se altera, as estratégias se ajustam – frequentemente de forma antecipatória e, por vezes, conflitiva.

Ademais, é necessário reconhecer os limites de abordagens que pressupõem uma convergência linear do Oriente Médio para modelos políticos ocidentais. A região possui dinâmicas próprias de legitimidade e organização do poder, frequentemente enraizadas em tradições históricas e religiosas que não se alinham facilmente com paradigmas liberais. Tratam-se de teocracias, cuja base estrutural se opõe ao modelo democrático ocidental.

Ignorar essa realidade não apenas compromete a análise, mas também reduz a eficácia de qualquer estratégia voltada para sua transformação, a exemplo do que ocorreu com o Iraque após a intervenção estadunidense.

O momento atual, portanto, deve ser compreendido como parte de um processo mais amplo de transição sistêmica. A emergência de novos polos de poder, a fragmentação de ordens regionais e a reavaliação do papel das grandes potências compõem um quadro que remete a outros períodos de rearranjo histórico. A questão fundamental não é se a ordem internacional mudará, mas como, a que custo e, sobretudo, qual será o papel do Irã nesse processo: uma potência que aceitará um protagonismo contido, como os EUA concebiam a URSS em 1944? Ou que reclamará um papel dominante e competitivo, como o que foi desempenhado pela URSS em relação ao sistema internacional?

A História já testemunhou que ordens internacionais não se sustentam apenas pela força, nem apenas pela legitimidade, mas pela combinação de ambas. Quando esse equilíbrio se rompe, o sistema entra em uma fase de incerteza, e é precisamente nesses momentos que decisões estratégicas assumem seu peso mais duradouro.

5. OS DESAFIOS DA GUERRA DO GOLFO

A Guerra do Golfo (1990-91) continua sendo um dos casos mais ilustrativos de manejo bem-sucedido do poder militar convencional dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria. A Escudo no Deserto e a Tempestade no Deserto foram duas operações que comprovaram a eficácia de uma estratégia estadunidense baseada em superioridade aérea, coordenação multinacional e uso intensivo da tecnologia.

Entretanto, a transposição do modelo adotado nos anos 1990 para cenários contemporâneos, especialmente em um eventual confronto dos EUA com o Irã, sugere a existência de diversas limitações.

A comparação entre o Iraque de SADDAM HUSSEIN e o Irã da década de 2020 evidencia mudanças estruturais na essência da guerra. Com vasta experiência adquirida na Guerra Irã-Iraque (1980-88), o Exército iraquiano, nos tempos do ditador de Bagdá, figurava entre os maiores, embora convivesse com várias fragilidades críticas, tais como: forte centralização de comando, baixa integração entre suas forças, limitada capacidade tecnológica e dependência de uma doutrina militar rígida.

A estratégia conduzida pelo general norte-americano HERBERT NORMAN SCHWARZKOPF, que comandou as tropas de coalizão na Tempestade no Deserto, explorou essas vulnerabilidades por meio de uma campanha aérea sistemática, que degradou rapidamente as capacidades iraquianas de comando, controle e defesa aérea. Apesar do receio inicial de

que a empreitada bélica no Iraque poderia redundar em um novo Vietnã (1964-75), o resultado foi uma vitória rápida e com baixas relativamente reduzidas para a coalizão.

O FATOR PETRÓLEO E A GUERRA ECONÔMICA

A decisão de incendiar os campos petrolíferos no Kuwait ilustra o uso de mecanismos econômicos e ambientais como extensão da guerra. Embora tenha provocado um desastre ecológico de grande magnitude, o impacto estratégico foi limitado, devido à capacidade de ajuste do mercado global de petróleo.

Esse episódio indica que, mesmo em conflagrações convencionais, instrumentos indiretos de coerção possuem eficácia variável.

A ASSIMETRIA COMO ESTRATÉGIA CENTRAL DO IRÃ

Diferentemente do Iraque de 1991, o Irã de 2026 desenvolveu uma doutrina militar orientada não para a simetria, mas para a negação da superioridade adversária. Seus pilares incluem dispersão geográfica de ativos militares, uso de forças irregulares e *proxies* regionais, desenvolvimento de mísseis balísticos e de cruzeiro e ênfase em guerra naval assimétrica no Golfo Pérsico. Essa abordagem reduz a vulnerabilidade a campanhas aéreas convencionais, como se observou na Tempestade no Deserto.

ESCALA TERRITORIAL E PROFUNDIDADE ESTRATÉGICA

Um dos principais contrastes entre o Iraque daqueles tempos e o Irã da atualidade reside na geografia. Com 434.924 km² de extensão territorial, o primeiro apresentava alvos relativamente concentrados; o segundo possui território significativamente maior (1.648.195 de km²), instalações distribuídas e frequentemente subterrâneas e maior profundidade estratégica. Com efeito, uma campanha aérea semelhante no Irã exigiria mais tempo, recursos e coordenação, reduzindo a probabilidade de sucesso rápido e decisivo.

MÍSSEIS E DISSUAÇÃO REGIONAL

Durante a Guerra do Golfo, o uso de mísseis Scud teve impacto mais psicológico do que militar. No caso iraniano, contudo, o desenvolvimento de vetores mais precisos altera esse equilíbrio. Ainda que não haja evidência de uso de ogivas químicas ou nucleares operacionais, a capacidade de atingir alvos estratégicos na região amplia o custo político e militar de qualquer intervenção externa.

COALIZÕES INTERNACIONAIS: UM FATOR INCERTO

A ampla coalizão formada em 1991 foi fundamental para a legitimidade e eficácia daquelas operações militares. Na situação atual, por força de divergências geopolíticas entre as grandes potências, de uma maior rejeição a alterações prolongadas e de uma econômica

global cada vez mais conectada e complexa, a formação de aliança contra o Irã nos moldes daquela que se verificou no Iraque é bem menos provável.

O êxito estadunidense no Conflito do Golfo foi produto não apenas da superioridade militar, mas de um conjunto específico de condições estratégicas dificilmente replicáveis.

A analogia com o Irã contemporâneo revela que: guerras modernas tendem a ser mais prolongadas e complexas, estratégias assimétricas reduzem a eficácia de campanhas convencionais e fatores políticos e econômicos são tão decisivos quanto os militares.

Assim, qualquer comparação direta entre 1991 e cenários atuais deve ser feita com cautela, sob risco de superestimar a capacidade de repetição de vitórias rápidas em contextos profundamente distintos. De qualquer forma, é inegável que a determinação do presidente GEORGE BUSH (1989-93) em conduzir as operações até as últimas consequências, e assumindo todos os riscos, foi fundamental para o sucesso daquela empreitada, algo que não se observa na atual conjuntura norte-americana, notadamente em relação ao Irã.

6. O CONTROLE DO ESTREITO DE ORMUZ

Embora o Irã, sob pressões externas, já tenha ameaçado fechar o Estreito de Ormuz – por exemplo, durante a Guerra Irã-Iraque (1980-88) –, o fato é que, até 28 de fevereiro de 2026, isso se limitava a declarações retóricas e exercícios militares.

Tal padrão foi rompido durante a Fúria Épica. No curso da altercação com os EUA e Israel, o Irã colocou em prática uma estratégia concebida ao longo de décadas, conseguindo bloquear seletivamente a via marítima. É bem verdade que Teerã não impediu, na sua totalidade, a navegação pelo estreito; o que o regime fez foi decidir quem poderia transitar por lá, e a que custo.

O controle de pontos geográficos-chave, como a ilha de Qeshm – a maior do Golfo Pérsico –, forneceu ao Irã uma posição privilegiada de vigilância, dissuasão e intimidação. No trecho mais afunilado do estreito, onde as margens estão separadas por menos de 40 quilômetros, as limitações geográficas, somadas às águas mais rasas do lado iraniano, reduzem drasticamente as rotas navegáveis, ampliando o poder de interdição das forças iranianas.

De acordo com a doutrina estratégica iraniana, o controle do Ormuz consolidou-se como um pilar da segurança nacional, além, obviamente, de seu arsenal de mísseis e drones. Ao transformar o estreito em instrumento de coerção, o Irã conseguiu “coletivizar” os custos do conflito, transferindo-os para toda a economia global e, sobretudo, para os aliados dos Estados Unidos. O resultado foi tornar a guerra politicamente mais onerosa para Washington.

Como observa o iraniano ALI VAEZ, especialista em segurança internacional, os EUA não apenas falharam em impedir o avanço estratégico iraniano, como inadvertidamente contribuíram para a criação de uma nova forma de poder: não uma arma de destruição em massa, mas uma “*arma de perturbação em massa*”.

Nessa mesma linha, PETRAS KATINAS, analista de energia e sanções no Centre for Research on Energy and Clean Air, argumenta que o Irã aprendeu a instrumentalizar sua posição geoeconômica, mantendo a economia global em estado de vulnerabilidade permanente. Ao não ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – assim como os próprios EUA não o fizeram –, Teerã abre espaço para uma interpretação mais flexível de sua soberania sobre a região. Projeta-se, inclusive, a possibilidade de o Irã institucionalizar uma espécie de tarifa para o tráfego no estreito. Estimada em um dólar por barril de petróleo, a cobrança poderia gerar receitas da ordem de US\$ 500 bilhões ao longo de cinco anos, quantia mais que suficiente para reconstruir o país e para saciar sua pretensão de dominância regional.

Mais do que um gargalo logístico, o Ormuz deixa de ser uma rota energética e passa a operar como instrumento de poder estrutural – capaz de reconfigurar os custos da ordem internacional e impor limites concretos à liberdade de ação das grandes potências.

7. O FUTURO NEBULOSO DA OTAN

A resistência dos aliados europeus em se engajar na Fúria Épica provocou mais um abalo na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), já desgastada desde o primeiro mandato de DONALD TRUMP.

A recusa de importantes países-membros em autorizar o uso de bases estadunidenses em seus territórios e as restrições ao sobrevoo de aeronaves militares dos Estados Unidos intensificaram o descontentamento de Washington em relação a Londres, Paris, Berlim, Roma e Madri. Na percepção norte-americana, a postura adotada pelos europeus no episódio iraniano reforça a ideia de que a Aliança Militar se tornou uma via de mão única, na qual os custos e as responsabilidades recaem de forma desproporcional sobre os ombros dos contribuintes norte-americanos.

Como consequência, o contingente estadunidense estacionado na Europa, com cerca de 84 mil soldados, pode ser redistribuído. Além do apoio às operações militares globais dos EUA, as bases norte-americanas no Continente Europeu também atuam como instrumento de dissuasão frente a Rússia, gerando impactos econômicos positivos nos países que as recebem.

Polônia, Lituânia, Grécia e Romênia, que exprimiram um maior alinhamento com

Washington, tendem a ganhar relevância estratégica. O governo de Bucareste, por exemplo, prontamente permitiu que os Estados Unidos usassem suas bases.

A médio e longo prazos, esse cenário pode sinalizar o início de uma fragmentação da OTAN. Em seu lugar, poderia emergir um modelo mais flexível, baseado em acordos militares bilaterais entre os EUA e países considerados mais confiáveis e responsivos às suas demandas estratégicas.

Tal transformação, se confirmada, representaria não apenas uma reconfiguração da arquitetura de segurança europeia, mas também uma inflexão histórica no papel da OTAN como pilar central da ordem transatlântica.

8. OS CUSTOS DA OPERAÇÃO FÚRIA ÉPICA

Embora o Pentágono não divulgue cifras oficiais, estimativas feitas por institutos de estudos estratégicos situam o custo da Fúria Épica entre US\$ 28 e 35 bilhões em 39 dias. Outras avaliações sugerem que o dispêndio pode ter se aproximado dos US\$ 40 bilhões, denotando uma campanha militar de intensidade financeira comparável a conflitos prolongados.

Mais significativo do que o custo absoluto foi o impacto causado nos estoques estratégicos norte-americanos. Além de ter reduzido abruptamente os arsenais de alta tecnologia do país, a operação exigiu o remanejamento de ativos de outros teatros, mormente da Ásia. Como resultado, isso afetou, pelo menos temporariamente, a prontidão dos Estados Unidos para uma eventual alteração de alta intensidade com a China, especialmente no cenário sensível em que se encontra Taiwan.

A estimativa é que tenham sido empregados: 1.100 mísseis de cruzeiro de longo alcance AGM-158B JASSM-ER; de 1.060 a 1.430 interceptadores MIM-104 Patriot (com destaque para a variante PAC-3), representando aproximadamente metade do inventário pré-conflito e o equivalente a dois anos de produção na cadência anterior; 820 mísseis BGM-109 Tomahawk; de 190 a 290 interceptadores THAAD, 130 a 250 SM-3 e 190 a 370 SM-6; e cerca de 1.100 vetores de ataque de precisão adicionais, incluindo o MGM-140 ATACMS.

DIAGRAMA 1

Inventário dos Principais Vetores no Arsenal Norte-Americano Após a Operação Fúria Épica

Munição	Custo por Unidade (US\$)	Inventário Pré-Guerra (Estimado)	Uso Estimado na Guerra do Iraã	Estoque Remanescente (Estimado)
Tomahawk	\$2,6 M	3.100	820+	2.280
JASSM	\$2,6 M	4.400	1.100+	3.300
PrSM	\$1,6 M	90	40-70	20-50
SM-3	\$28,7 M	410	130-250	160-280
SM-6	\$5,3 M	1.160	190-370	790-970
THAAD	\$15,3 M	360	190-290	70-170
Patriot	\$3,9 M	2.330	1.060-1.430	900-1.270

Notas: A. Relativo a Janeiro de 2026 | B. Relativo ao Período de Guerra (39 Dias) | C. Relativo a Maio de 2026
Fonte: Center for Strategic & International Studies.

Inventário dos Principais Vetores no Arsenal Norte-Americano Após a Operação Fúria Épica (Center for Strategic & International Studies). Notas: A. Relativo a Janeiro 2026; B. Relativo ao Período de Guerra (39 Dias); C. Relativo a Maio 2026.

DIAGRAMA 2

Inventário de Munições de Ataque Alternativas no Arsenal Norte-Americano Após a Operação Fúria Épica



Fonte: Center for Strategic & International Studies.

Inventário de Munições de Ataque Alternativas no Arsenal Norte-Americano Após a Operação Fúria Épica (Center for Strategic & International Studies).

Esse vasto emprego de meios resultou no engajamento de cerca de 13.000 alvos em território iraniano, majoritariamente ativos militares de baixo valor relativo. Tal desproporção entre custo e efeito remete, mesmo que em outra escala, às distorções observadas durante a Guerra do Vietnã, quando os EUA chegaram a gastar bilhões de dólares anuais em campanhas de bombardeio para destruir uma fração significativamente inferior em valor de infraestrutura adversária. Algumas fontes apontam que, no auge da conflagração, foram gastos US\$ 9 bilhões por ano para bombardear e aniquilar infraestruturas vietnamitas que totalizavam cerca de US\$ 100 milhões.



Número de Alvos Atingidos na Campanha de Ataque Norte-Americana Durante a Operação Fúria Épica (CENTCOM).

De forma inequívoca, a Fúria Épica expôs vulnerabilidades já apontadas por analistas no que se refere à sustentabilidade de campanhas de alta intensidade. Projeções indicam que a recomposição dos arsenais poderá demandar ao menos dois anos, enquanto o Pentágono estima investimentos da ordem de US\$ 70 bilhões para reposição e expansão de capacidades – incluindo o aumento da cadência produtiva de sistemas como o Patriot (até 2.000 unidades anuais) e o Tomahawk (cerca de 1.000 unidades anuais).

Adicionalmente, há indícios de que a continuidade das operações por mais um mês, mantido o mesmo ritmo operacional, levaria ao esgotamento crítico de determinados vetores estratégicos, além de munições de defesa ar-ar, como o AIM-9X Sidewinder e o AIM-120 AMRAAM.

DIAGRAMA 4

Tempo Médio de Produção das Principais Munições no Arsenal Norte-Americano nos Últimos 5 Anos

Munição	Ritmo Médio de Produção (Mísseis/Ano)	Prazo Contrato até a Entrega (Meses)	Tempo de Produção Lote Completo (Meses)	Tempo Total de Entrega (Meses)
Tomahawk	79	35	12	47
JASSM	385	38	10	48
PrSM	56	38	8	46
SM-3 IB	40	42	10	52
SM-3 IIA	13	57	7	64
SM-6	96	42	11	53
THAAD	28	49	4	53
PAC-3 MSE	183	29	13	42

Fonte: Center for Strategic & International Studies.

Tempo Médio de Produção das Principais Munições no Arsenal Norte-Americano nos Últimos 5 Anos (Center for Strategic & International Studies).

DIAGRAMA 5

Inventário de Munições de Defesa Aérea Alternativas no Arsenal Norte-Americano Após a Operação Fúria Épica



Fonte: Center for Strategic & International Studies.

Inventário de Munições de Defesa Aérea Alternativas no Arsenal Norte-Americano Após a Operação Fúria Épica (Center for Strategic & International Studies).

Esse limite material configurou uma linha vermelha implícita e contribuiu decisivamente para o encerramento das hostilidades.

A operação reforça, portanto, um dilema clássico da guerra moderna: restrições operacionais impostas por considerações políticas – como a limitação de alvos para reduzir danos colaterais – podem gerar uma forma de assimetria reversa. Nesse contexto, a potência militarmente superior vê suas vantagens tecnológicas e operacionais significativamente mitigadas, comprometendo a tradução de superioridade militar em resultados político-estratégicos decisivos. Trata-se de uma dinâmica já observada em campanhas como a Linebacker II no Vietnã em 1972, e que se reafirma como um dos principais paradoxos do poder militar contemporâneo.

9. OS OBJETIVOS DO IRÃ E A EVOLUÇÃO DE SUAS CAPACIDADES MILITARES

A decisão tomada por DONALD TRUMP em 2018 no sentido de retirar os Estados Unidos do Plano de Ação Conjunto Global (*Joint Comprehensive Plan of Action*, JCPOA) baseou-se em dois diagnósticos centrais: a convicção de que o Irã não limitaria seu programa nuclear a fins civis; e a percepção de que o país continuaria expandindo suas capacidades balísticas como instrumento de projeção de poder regional. A realidade dos fatos, constatada a partir da extraordinária resiliência expressa pelos iranianos após 39 dias de intensos bombardeios efetuados pelas forças norte-americanas e israelenses, parece confirmar as expectativas de Washington.

De fato, o Irã vem ampliando consistentemente seu arsenal de mísseis balísticos e de cruzeiro, combinando alcance crescente, maior precisão e diversificação de vetores. Tais medidas, para alguns, constituem elementos típicos de uma estratégia de dissuasão destinada a compensar sua inferioridade convencional frente aos EUA e seus aliados. Para outros, são provas irrefutáveis das ambições de projeção de poder com finalidades de imposição hegemônica regional.

No domínio nuclear, a Agência Internacional de Energia Atômica reconhece que Teerã acumulou estoques significativos de urânio enriquecido a níveis elevados (60%), tecnicamente próximos do limiar necessário para um armamento nuclear. Embora isso não configure automaticamente a posse de uma ogiva operacional, reduz substancialmente o chamado *breakout time*, alterando o equilíbrio estratégico regional.

Para os países do Golfo Pérsico, em especial para a Arábia Saudita, bem como para Israel, essas capacidades são percebidas menos como instrumentos defensivos e mais como componentes de uma estratégia de dominância sobre o Oriente Médio. A anterior combinação entre capacidade nuclear latente e meios de entrega avançados sugere, na

leitura desses atores, um propósito de reconstrução da grandeza histórica por parte do Irã.

Nesse contexto, a vacilante postura norte-americana, marcada por ciclos de pressão máxima seguidos de contenção ou recalibração e mesmo recuo, alimenta uma percepção recorrente entre parceiros regionais: a de que o compromisso estratégico de Washington é condicionado por seus próprios interesses, custos e prioridades globais. Esse ponto de vista remete a precedentes históricos nos quais os EUA ajustaram seu engajamento externo de forma pragmática, mesmo que para isso precisassem frustrar, ou até mesmo abandonar, seus aliados locais, exatamente o que os norte-americanos fizeram com o Vietnã do Sul em 1973, condenando o governo de Saigon à própria sorte e às investidas dos vietcongues.

O resultado é um ambiente clássico de dilema de segurança: enquanto Teerã constrói uma narrativa de que a acumulação de suas capacidades se restringe à sobrevivência do regime, seus vizinhos a veem como preparação para projeção ofensiva de poder, aprofundando a espiral de desconfiança e incentivando respostas compensatórias, inclusive de eventual proliferação nuclear.

10. A EMERGÊNCIA DA CONTENÇÃO DO IRÃ: DILEMA DE SEGURANÇA E BALANÇO DE AMEAÇA

Há décadas, Israel vem advertindo os Estados Unidos acerca do contínuo e expressivo avanço do poderio militar da Irã. Esse processo pode ser interpretado à luz do conceito de dilema de segurança (*security dilemma*), no qual o incremento das capacidades supostamente defensivas de um Estado é percebido por outros como potencialmente ofensivo, gerando uma espiral de ceticismo e competição estratégica.

Caracterizada pela elevada cadência de produção de mísseis balísticos com alcance cada vez maior, pelo desenvolvimento de vetores de cruzeiro ainda mais sofisticados e pelo emprego massivo de drones, a expansão do arsenal iraniano insere-se em uma lógica que Teerã tende a justificar como dissuasória. Entretanto, sob a ótica israelense, norte-americana e das monarquias do Golfo, tais capacidades alteram o equilíbrio regional ao elevar significativamente o potencial ofensivo do Irã, agravando a percepção de ameaça.

Essa dinâmica pode ser mais precisamente compreendida por meio da Teoria do Balance of Threat, formulada pelo cientista político norte-americano STEPHEN WALT (*The Origins of Alliances*, Cornell University Press, 1990). Diferentemente do tradicional equilíbrio de poder, WALT argumenta que os Estados reagem não apenas à distribuição de capacidades, mas à percepção de ameaça, que é determinada por fatores como proximidade geográfica, intenções percebidas e capacidade ofensiva. Nessa linha argumentativa, o Irã, ao combinar crescente poder militar com uma retórica hostil e atuação regional via atores não-estatais,

eleva seu perfil de ameaça muito além de sua mera capacidade material.

A resiliência do aparato militar iraniano, evidenciada durante Guerra dos Doze Dias em 2025, reforça essa leitura. Apesar dos danos infligidos ao Irã, os efeitos concretos foram limitados, sobretudo em razão da dispersão dos ativos, da arquitetura de comando distribuída e autônoma e da utilização de infraestruturas subterrâneas altamente protegidas. Tal configuração aproxima-se do que a literatura estratégica denomina negação de acesso (*anti-access/area denial*), dificultando as operações de neutralização completa por potências militar e tecnologicamente superiores.

Mesmo sob sanções econômicas severas e prolongada proscricção internacional, o Irã logrou consolidar um arsenal robusto e multifacetado. O fato de que, após 39 dias de operações conjuntas entre EUA e Israel, pouco mais de 50% dessas capacidades terem sido neutralizadas indica não apenas a profundidade da preparação iraniana, mas também as restrições do poder militar convencional diante de estratégias heterodoxas de natureza assimétrica bem estruturadas.

Emerge, aqui, um dilema estratégico clássico, compatível com as premissas do Realismo, especialmente em suas vertentes ofensiva e defensiva. A inação permitiria ao Irã continuar ampliando suas capacidades, potencialmente alcançando um nível de dissuasão que inviabilizaria futuras intervenções – cenário próximo ao que JOHN MEARSHEIMER descreve em sua obra *The Tragedy of Great Power Politics* (W. W. Norton & Company, 2001) como busca por maximização de poder em um sistema anárquico. Por outro lado, a ação limitada, incapaz de destruir de maneira decisiva o aparato adversário, tende a produzir efeitos contraproducentes, fortalecendo a determinação do oponente, legitimando sua estratégia de resistência e desmoralizando a superpotência dominante – no caso, os EUA –, abrindo uma brecha de ceticismo entre os aliados, particularmente os países do Golfo.

Dessa forma, a interpretação de que a janela de oportunidade para uma intervenção eficaz foi perdida ganha força analítica. Retrospectivamente, alguns analistas situam esse momento em meados da década de 2000, quando Israel teria solicitado, em 2007, ao então presidente GEORGE W. BUSH (2001-09) autorização para conduzir um ataque preventivo contra o Irã. À luz da teoria, tal ação poderia ser enquadrada como uma tentativa de restauração do equilíbrio de ameaça antes que este se tornasse estruturalmente desfavorável.

Em síntese, a emergência da contenção do Irã não pode ser compreendida apenas em termos empíricos, mas exige uma leitura teórica que articule percepção de ameaça, dilemas de segurança e limitações do poder militar. O caso ilustra, de forma paradigmática, como dinâmicas clássicas das relações internacionais permanecem centrais para a compreensão

dos conflitos contemporâneos.

11. “O DILEMA DE MALACA”

Como se não bastasse o fechamento do Ormuz, cuja relevância vem recebendo maior destaque desde o início das hostilidades entre os EUA, Israel e o Irã em fevereiro de 2026, o Estreito de Malaca, localizado no Sudeste Asiático, também começa a receber a atenção internacional.

Ligando-se diretamente ao Mar do Sul da China – por onde passa aproximadamente um terço do comércio mundial –, o Malaca é uma rota imprescindível para as transações comerciais entre a Europa, o Oriente Médio e o Leste Asiático, e para o mundo como um todo.

Além de servir para escoar bens de consumo, produtos eletrônicos, bens industriais, automóveis, maquinários, cargas secas a granel (cereais e soja, por exemplo) etc., dados reportados pela Administração de Informações Energéticas dos Estados Unidos (*Energy Information Administration*, EIA) apontam “que 23,2 milhões de barris de petróleo transitaram diariamente pelo Malaca no primeiro semestre de 2025”, o equivalente a algo em torno “de 29% do fluxo mundial de petróleo por via marítima”, além de “260 milhões de metros cúbicos diários de gás natural liquefeito”. A Coreia do Sul e o Japão, por exemplo, são altamente dependentes dessa rota, posto que “90% das suas importações de petróleo passam por ali”, um ponto de estrangulamento fundamental para o comércio marítimo global.

HU JINTAO, que governou a China entre 2002 e 2012, formulou a expressão “Dilema de Malaca” para retratar o quão dependentes os chineses são em relação à essa artéria marítima, a “mais curta tanto para o país escoar sua produção para outros continentes quanto para receber importações”. Para se ter uma ideia, “cerca de 75% das compras chinesas de petróleo e 60% do seu comércio marítimo, em termos de valores, trafegam pelo Estreito de Malaca e pelo vizinho Mar do Sul da China, segundo dados da EIA e do projeto *China Power*, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, com sede em Washington D.C., nos Estados Unidos” (LUIS BARRUCHO; “O Dilema de Malaca: Por que Outra Passagem Crítica para a Navegação Gera Preocupação no Comércio Global”, BBC News Brasil, 20 de abril de 2026).

Além de seu peso comercial e econômico, o Malaca é geopoliticamente relevante. Em 14 de abril de 2026, os Estados Unidos e a Indonésia anunciaram uma parceria no segmento de defesa. Segundo o que foi noticiado, o ajuste pode incluir o acesso estadunidense ao espaço aéreo indonésio. Autoridades de Jacarta confirmaram que Washington apresentou “uma proposta para obter autorização militar para sobrevoar o território indonésio”. Para a

pesquisadora AZIFAH ASTRINA, que cursa doutorado na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, nos Estados Unidos, “*a mera possibilidade de um maior acesso militar dos Estados Unidos ao espaço aéreo indonésio poderia trazer repercussões a longo prazo*” para aquela área. O professor GOKCAY BALCI, da Universidade de Leeds, no Reino Unido, adverte que “*eventual escalada das tensões entre a China e os Estados Unidos, ou a Índia, em torno do domínio marítimo na região poderá perturbar gravemente o trânsito através do estreito*”.

ASTRINA esclarece que “*a atual arquitetura de segurança no Estreito de Malaca não está preparada para a rivalidade entre*” os EUA e a China, fazendo o seguinte alerta: “*Se a China interpretar esta situação como um aumento da vigilância ou do posicionamento estratégico americano nas proximidades de uma artéria marítima crítica, ela poderia reagir, não necessariamente causando tumulto no comércio, mas ampliando sua própria presença ou influência na região e nos seus arredores*” (LUIS BARRUCHO; “O Dilema de Malaca”: Por que Outra Passagem Crítica para a Navegação Gera Preocupação no Comércio Global”, BBC News Brasil, 20 de abril de 2026).

12. O ESTRATÉGICO ESTREITO DE BAB EL-MANDEB

Situado no Mar Vermelho, o Estreito de Bab el-Mandeb constitui um dos principais gargalos do comércio marítimo global. Ao ligar o Oceano Índico ao Canal de Suez, seu valor estratégico e geopolítico o transforma em um ponto sensível em qualquer cenário de instabilidade regional. E uma vez que os houthis estão cientes dessa relevância, muitos analistas preveem a possibilidade de o Conflito EUA-Israel-Irã se expandir e ocasionar o bloqueio do Bab el-Mandeb. Aqui é preciso esclarecer que o Irã não exerce controle absoluto sobre os houthis no Iêmen, como sustentam alguns analistas. Diferentemente de outros grupos alinhados a Teerã, os houthis possuem um elevado grau de autonomia político-militar, o que lhes permite ter uma agenda própria e, em certos aspectos, convergente com os interesses iranianos.

A capacidade de firmar acordos pragmáticos com atores regionais, por exemplo, é uma evidência da autonomia dos houthis. Da mesma forma, eles estabeleceram entendimentos estratégicos de não-agressão com a Arábia Saudita, priorizando a consolidação de seu poder interno e a redução de pressões externas.

Portanto, eventual decisão de interferir diretamente no fluxo do Bab el-Mandeb não pode ser interpretada como mera execução de deliberações iranianas. Ao contrário, trata-se de um cálculo estratégico próprio dos houthis, no qual os custos – inclusive o risco de ruptura com acordos regionais – podem superar os benefícios imediatos de alinhamento com Teerã.

13. A “DIPLOMACIA DE CEO”

Ao comentar sobre a política externa de DONALD TRUMP, o jornalista norte-americano JONATHAN GUYER observa a tentativa de inaugurar um novo paradigma diplomático, no qual o aparato tradicional do Departamento de Estado dos Estados Unidos – historicamente composto por diplomatas de carreira, treinados na lógica da prudência e da negociação incremental – é progressivamente substituído por figuras oriundas do mundo empresarial, alinhadas pessoalmente ao presidente. Trata-se daquilo que TRUMP passou a denominar de “diplomacia do CEO”.

Essa inflexão não é meramente operacional, mas estrutural. Ao deslocar o eixo da diplomacia de instituições para indivíduos e de procedimentos para transações, a política externa norte-americana passa a operar sob uma metodologia contratualista e personalista, mais próxima de uma mesa de negociação corporativa do que dos fóruns multilaterais clássicos.

Os efeitos desse método tornam-se visíveis na erosão da presença diplomática formal. Em abril de 2026, mais de uma centena de embaixadas estadunidenses encontravam-se sem embaixadores, incluindo postos estratégicos na América do Sul. Esse esvaziamento institucional sugere não apenas negligência administrativa, mas uma deliberada desvalorização do capital diplomático acumulado ao longo de décadas pelos EUA.

Mas os resultados dessa abordagem são, no mínimo, ambíguos. Se em contextos específicos – como o venezuelano – a diplomacia transacional parece ter produzido ganhos táticos, em outros teatros, como o iraniano, ela se mostra incapaz de gerar resultados duradouros. Como observado por MICHAEL MONTGOMERY, tal *modus operandi*, ao substituir previsibilidade por volatilidade, tende a corroer a credibilidade internacional dos EUA.

Esse processo adquire contornos ainda mais significativos quando analisado à luz da tradição da grande estratégia norte-americana. Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, Washington buscou consolidar-se como o principal garantidor da ordem internacional liberal, desempenhando o papel de mediador central e “xerife global”. Para o embaixador e professor chileno JORGE HEINE, tal posição dependia menos da coerção direta e mais da combinação entre legitimidade institucional e capacidade de coordenação.

A “diplomacia de CEO”, nesse sentido, representa uma ruptura. Ao privilegiar acordos *ad hoc*, relações personalistas e estruturas paralelas – como o controverso Conselho da Paz –, a Casa Branca sinaliza um afastamento dos mecanismos multilaterais tradicionais, inclusive da Organização das Nações Unidas. Esse tipo de arranjo, altamente centralizado e dependente da figura presidencial, foi amplamente criticado por concentrar poder decisório e carecer de legitimidade internacional.

Não por acaso, lideranças internacionais passaram a interpretar essa inflexão como uma mudança de natureza sistêmica. O discurso do primeiro-ministro do Canadá, MARK CARNEY, no Fórum Econômico Mundial de Davos, realizado em janeiro de 2026, aponta exatamente para esse diagnóstico: não se trata de uma mera recalibragem, mas da descontinuidade de um modelo de ordem.

A ironia geopolítica é evidente. Enquanto os EUA, tradicional âncora de estabilidade, passam a operar de maneira errática e imprevisível, a China projeta-se – ao menos em sua narrativa estratégica – como vetor de previsibilidade e continuidade. Essa inversão traz sérias implicações para a competição sistêmica contemporânea.

Com efeito, em um ambiente de crescente entropia internacional, abre-se espaço para o protagonismo de potências médias. A retração relativa da capacidade ordenadora estadunidense cria oportunidades para a emergência de polos regionais de poder, estimulando o processo de formação de superpotências regionais; e ao conjugar ambição estratégica, capacidade militar assimétrica e inserção em redes de influência regional, o Irã desponta como um dos principais candidatos a esse relevante *status*.

A “diplomacia de CEO” não apenas redefine os instrumentos da política externa norte-americana, mas contribui para a reconfiguração mais ampla da ordem internacional, deslocando-a de um sistema baseado em regras para um cenário cada vez mais marcado por transações, personalismo e competição entre esferas regionais de poder.

14. TRUMP: UM NOVO REAGAN OU APENAS UM NIXON REMASTERIZADO?

DONALD TRUMP é uma incógnita e parece dividido entre dois espelhos históricos: o que ele gostaria de refletir e o que ele efetivamente vem retratando. Diante desse impasse existencial, TRUMP, por um lado, tenta se projetar como um novo REAGAN: o líder forte, vitorioso na Guerra Fria, responsável por restaurar o prestígio e a supremacia dos Estados Unidos. De fato, o 40º presidente dos EUA (1981-89), um dos maiores estadistas que o mundo testemunhou, não se limitou a governar, tendo construído um legado duradouro e amplamente celebrado.

Por outro, TRUMP, sobretudo em seu segundo mandato (2025-29), vem refletindo alguns caracteres típicos de RICHARD NIXON: um governante que proclamou vitórias questionáveis no Vietnã, promoveu demonstrações de força militar com resultados discutíveis – a Operação Linebacker II, por exemplo – e, pressionado por escândalos e ameaças de *impeachment*, despediu-se da Casa Branca pela porta dos fundos.

TRUMP também quer ser lembrado como um grande personagem da história estadunidense. Mas há uma diferença fundamental: REAGAN saiu fortalecido do

juízo do tempo; NIXON, não. Seu nome tornou-se sinônimo de crise política e descrédito institucional.

Para muitos observadores, as semelhanças entre TRUMP e NIXON já são bastante evidentes, fazendo com que o sonho acalentado pelo atual mandatário de Washington – entrar para a História como um novo REAGAN – fique cada vez mais utópico. E a analogia com NIXON não é apenas um detalhe, é um alerta. E está muito mais presente do que qualquer comparação confortável com REAGAN.

**Reis Friede é professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), professor honoris causa da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), professor emérito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), conferencista especial da Escola Superior de Guerra (ESG) e membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), da Academia Brasileira de Defesa (ABD) e do Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER). É autor das obras “China Disruptiva (O Projeto de Dominância Global de Pequim)” e “Deterrência Estratégica na Primeira e na Segunda Guerra Fria” e coautor do livro “Das Novas Guerras (Fenomenologia dos Conflitos Armados)”. Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: reisfriede@hotmail.com.*
